

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 47 - Março de 2009

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

8 de Março

A luta das mulheres pela emancipação da classe trabalhadora

“Deve estar convencido, conosco, de que a mulher, diferente do homem, mas não inferior a ele, inteligente, trabalhadora e livre como ele, deve ser declarada, em todos os direitos políticos e sociais, semelhante a ele”.
“É preciso que compreenda que não existe liberdade sem igualdade e que a realização da maior liberdade na mais perfeita igualdade de direito e de fato, política, econômica e social ao mesmo tempo, é a justiça”. BAKUNIN, Mikail. O Programa da Fraternidade.

As comemorações no dia 08 de março pelo Dia Internacional da Mulher tiveram início oficialmente em 1922, mas remontam a episódios anteriores não apenas de celebrações, mas de lutas encampadas por mulheres em diferentes países.

Desses episódios, o mais conhecido é a greve dos operários têxteis de Nova York que durou de novembro de 1909 a fevereiro de 1910. Do total de grevistas, 80% eram mulheres e por isso essa foi considerada a primeira greve de mulheres de grande amplitude denunciando suas condições de vida e trabalho. Outro episódio bastante conhecido foi o incêndio que ocorreu no dia 25 de março de 1911, nos EUA, na Triangle Shirtwaist Company, uma fábrica têxtil que empregava 600 trabalhadores, a maioria mulheres imigrantes judias e italianas. Fugindo do fogo, muitas trabalhadoras morreram ao pularem das janelas e algumas morreram nas próprias máquinas. Houve 146 vítimas fatais, sendo 125 mulheres e 21 homens. No funeral coletivo, ocorrido em dia 05 de abril, compareceram cerca de 100 mil pessoas. Outro movimento de luta importante na história do 08 de março foi a greve de tecelãs e costureiras que explodiu em 1917, em Petrogrado, na Rússia. Nesse dia, um grande número de mulheres operárias saiu às ruas em manifestação por pão e paz e declararam-se em greve.

Antes dos episódios mencionados acima, algumas manifestações pelo dia da mulher já haviam ocorrido, como a do “Woman’s Day”, na cidade de Chicago, em 1908. Essas manifestações, embora denunciassem a exploração e a opressão contra as mulheres, defendiam, com destaque, o voto feminino e o empoderamento das mulheres em relação aos homens, ou seja, uma perspectiva burguesa de liberdade política que não estava associada à igualdade econômica e social. Tal perspectiva é a que norteia, ainda hoje, às ações de combate às desigualdades entre homens e

mulheres desenvolvidas por muitos partidos de esquerda, como PCdoB, PSOL e PSTU, que utilizam o parlamentarismo burguês como esfera de ação, fomentando a ilusão de que o voto é um instrumento de luta das trabalhadoras.



Após quase um século, as desigualdades sociais que atingem tanto homens quanto mulheres se perpetuam. No Brasil, a exploração sobre os trabalhadores, especialmente às mulheres, se intensificam no contexto do neoliberalismo e da concentração de capitais nas mãos da burguesia. As mulheres, especialmente as negras, constituem o segmento da sociedade brasileira que se encontra mais precarizada, como é revelado na tabela a seguir. Os dados de rendimento médio da ocupação principal evidenciam as desigualdades de gênero e raça, mostrando a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras no mercado de trabalho. Segundo

dados do Ipea mulheres e negros juntos apresentam os maiores níveis de desemprego – 11% e 7,1%, respectivamente, comparados a 6,4% entre homens e 5,7% entre brancos. Vale ressaltar ainda que os homens ocupam mais postos de trabalho com carteira de trabalho assinada. Segundo dados do IBGE de 2008, no que se refere ao trabalho formal, a desigualdade persiste. Em janeiro do mesmo ano, entre as mulheres ocupadas, apenas 37,8% tinham carteira assinada em empresa do setor privado.

Conclui-se, portanto, que a liberação burguesa da mulher em nada contribui para a construção de uma sociedade justa e igualitária. A liberdade que desejamos não está vinculada apenas ao gênero, mas à luta de classes. Não queremos a “liberdade” de competir e usufruir do poder exercido pelos homens. A emancipação integral dos trabalhadores, mulheres e homens, só é possível no socialismo. A revolução da qual todos devem participar é a revolução social capaz de destruir o Estado e o capital. As organizações e partidos que não possuem um projeto político revolucionário apenas tentam realizar no plano das lutas a liberdade concedida pela classe dominante às mulheres, inclusive, a liberdade de reafirmar e reproduzir o poder da burguesia sobre o conjunto dos trabalhadores.

Assim, o 08 de março não é o dia de qualquer mulher, principalmente daquela que a mídia burguesa apresenta como referência de modo a garantir a reprodução de um padrão de beleza e comportamento impostos às mulheres como parte de uma política machista de controle produzida pela sociedade. A referência para este 08 de março não deve ser o liberalismo burguês, mas as lutas combativas de milhares de mulheres que como na Rússia revolucionária saíram às ruas em greve por uma sociedade justa, igualitária e socialista. ■

Viva o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora!

**Leia
nessa edição**

- * A retomada da ofensiva dos governistas - p. 2
- * O choque de ordem: repressão e criminalização da pobreza - p. 3
- * O Fórum Social Mundial: um espaço governista - p. 3
- * Trabalhadores franceses fazem duas greves gerais contra o desemprego - p. 3
- * Porque queremos a liberdade para Cesare Battisti - p. 4
- * A revolta da juventude grega - p. 4

A retomada da ofensiva dos governistas

No dia 26 de novembro de 2008, cerca de 900 representantes de movimentos populares rurais e urbanos, da Igreja Católica, de ongs, do movimento estudantil e do movimento sindical participaram de uma audiência no Palácio do Planalto com a Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e os ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) e Guido Mantega (Fazenda). Nessa ocasião os movimentos sociais entregaram uma "Carta" com reivindicações assinada por 57 entidades como propostas de combate aos efeitos da crise econômica. Mas o significativo foram as exaltações à Dilma Rousseff como candidata a sucessão do Presidente Lula.

Mas essa audiência foi só a primeira de um calendário de mobilizações do campo governista dos movimentos sociais. No mês seguinte, dia 3 de dezembro (foto abaixo), os sindicatos e centrais governistas realizaram em Brasília a 5ª Marcha da Classe Trabalhadora "Pelo Desenvolvimento e Valorização do Trabalho". Seis centrais (CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, UGT e NCST) entregaram um documento em conjunto ao Presidente Lula: "Documento Unitário das Centrais Sindicais ao Presidente Lula, à Sociedade e aos Trabalhadores"², que também propõem medidas diante da crise.

No começo de 2009 mais mobilizações: as mesmas seis centrais sindicais tiveram uma nova audiência com o Governo Lula/PT, mas agora para discutir as repercussões da crise econômica sobre os empregos. Na mesma semana organizaram manifestações em frente das sedes do Banco Central nas principais capitais brasileiras durante a reunião do COPOM, com o objetivo de "pressionar" para a redução da taxa de juros.

Ainda no primeiro mês de 2009, foi realizado a 8ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, na cidade de Belém/PA. O ápice do FSM foi a reunião de Lula e mais quatro presidentes da América Latina, no dia 29 de janeiro, com os participantes do FSM: Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Evo Morales (Bolívia).

Toda essa mobilização e os documentos "unitários" encaminhados ao Governo indicam uma forte retomada do setor governista do movimento sindical-popular, tentando se apresentar como os legítimos porta-vozes da classe trabalhadora brasileira.

1. Desenvolvimentismo e colaboracionismo de classe

Os documentos "unitários" são reedições da tese de que o Governo Lula/PT está em disputa (lançada pelos setores do movimento sindical-popular organizados na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), ainda no primeiro mandato do Governo Lula/PT). Segundo essa tese existe uma pseudo-divisão no Governo, de um lado o setor neoliberal, representado pelas alianças com o PMDB, PTB e PR, de outro lado o setor desenvolvimentista, representado pelo PT e pelo PCdoB, cujo principais expoentes são Dilma Rousseff e Guido Mantega.

As bandeiras de caráter desenvolvimentista que podemos destacar são: consolidação do Banco do Sul, redução da taxa de juros; controle estatal do capital financeiro especulativo; exploração nacional das dos recursos naturais e fosseis, programa de substituição das importações, defesa do PAC e do Programa Bolsa Família, recursos públicos para setores que geram mais emprego,

entre outras.

Essas bandeiras tentam esconder o caráter colaboracionista da perspectiva desenvolvimentista. As reivindicações referentes à "substituição das importações" e ao "financiamento público para setores que geram mais emprego", são a reedição da estratégia de aliança com a burguesia nacional e com a burguesia industrial (os setores produtivos), além de tentar estabelecer uma falsa oposição entre a burguesia industrial e a burguesia financeira.

Outro aspecto importante da linha desenvolvimentista é a defesa do intervencionismo estatal na economia. Alimentados pelo fetiche do "Estado protetor", os desenvolvimentistas escondem o caráter autoritário e de classe do Estado, isto é, apresentam o Estado como uma instituição acima das classes e com a função de "protetora". Ignoram que o Estado é a violência organizada da burguesia contra os trabalhadores. Portanto, participar ou defender intervenção do estatal na economia é colaborar para a perpetuação da dominação burguesa.



No discurso os setores governistas do movimento popular-sindical se apresentam como os defensores dos empregos e da classe trabalhadora. Mas na prática, na luta no chão da fábrica, as direções sindicais governistas fazem acordos que beneficiam a burguesia.

Um bom exemplo dessas ações colaboracionistas ocorreu na fábrica da Volkswagen de Taubaté/SP, onde a montadora anunciou, inicialmente, a não renovação dos 800 contratos temporários. Após o acordo com o sindicato dos metalúrgicos da região (Sindmetau), filiado a CUT e controlado pela Articulação Sindical (corrente sindical do PT), 150 foram demitidos, 450 foram efetivados e 200 contratos temporários renovados. O acordo estabeleceu a redução da jornada de trabalho em até 25 dias durante o ano de 2009 sem a redução dos salários dos trabalhadores, bem como a criação do Banco de Horas e do Programa de Demissão Voluntária (PDV). Além disso, foi organizada uma listagem para indicar que os primeiros demitidos serão temporários caso a crise se agrave. Como se vê, a burguesia com a colaboração do sindicato conseguiu seu objetivo: legitimar a flexibilização das relações de trabalho.

2. Os casos emblemáticos: Embraer e o setor público federal

A Embraer anunciou no mês de fevereiro a demissão

de 4,27 mil trabalhadores, usando a crise econômica como justificativa. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Sindmetalsjc), filiado a CONLUTAS, iniciou a campanha de resistência: realizou atos enfrente à empresa, se reuniu com o presidente Lula e entrou na justiça para impedir as demissões.

Apesar do esforço os setores organizados em torno da CONLUTAS não conseguem romper com a perspectiva desenvolvimentista, como identificamos nas propostas apresentadas pelos sindicatos numa audiência com a Embraer na justiça do Trabalho: "os Sindicatos propuseram à empresa a readmissão imediata dos demitidos, o corte da bonificação dos executivos da empresa (que somente no ano passado receberam R\$ 50 milhões), a redução da jornada para 40 horas, sem redução de salários, e a abertura de um PDV (Programa de Demissões Voluntárias)"³. Ou seja, no final a possibilidade do PDV é colocada por um sindicato conlutista. Além disso, os caminhos típicos da burocracia sindical são percorridos: ação judicial e audiência com o Governo.

A justiça não demorou muito para decidir favoravelmente em nome da Embraer: no dia 18 de março de 2009 o Tribunal Regional Eleitoral da 15ª Região, com sede em Campinas, liberou as 4,2 mil demissões feitas pela fabricante de aeronaves no mês de fevereiro. Trata-se de mais uma prova de que a luta dos trabalhadores não é nos tribunais.

A capitulação dos conlutistas às bandeiras dos governistas é mais evidente no movimento dos servidores públicos federais. Diante do anúncio do Ministro do Planejamento de cortar 37 bilhões do orçamento e, conseqüentemente, a quebra dos acordos assinados entre o Governo e o funcionalismo, a bandeira de luta se torna o cumprimento de todos os acordos. Entretanto, essa é uma bandeira governista, pois os acordos assinados são extremamente rebaixados, por isso o cumprimento deles não significa ganhos reais para os servidores e essa luta acaba impedindo as mobilizações pelo reajuste dos salários.

Os setores que se apresentam contra o governo não conseguem desenvolver uma política autônoma e acabam incorporando ou reproduzindo a política desenvolvimentista daqueles que defendem o Governo Lula. Bandeiras com a "reestatização" da Embraer e a edição de medida provisória para estabilidade dos empregos não vão além do "fetiche do Estado protetor".

3. Pela construção de uma alternativa classista e combativa

A estratégia classista e combativa contra essa nova ofensiva do capital é a ação direta do proletariado. A classe trabalhadora tem que parar produção, fechar as vias de circulação, ocupar os prédios públicos, as empresas que demitem devem ser ocupadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores. **É o momento de construção da greve geral que aponte para a ruptura com o sistema capitalista. Pela destruição do Estado e do capital. ■**

Notas:

¹ Veja o texto na íntegra: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6099>

² Veja o texto na íntegra: http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3155

³ Veja texto na íntegra: <http://www.conlutas.org.br/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=2617>

O choque de ordem: repressão e criminalização da pobreza

Ao assumir a prefeitura do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), apresenta o "choque de ordem" como sua principal política. Paes criou a Secretaria de Ordem Pública e nomeou Rodrigo Bethlem (PMDB) o Secretário de Ordem Pública.

O "choque de ordem" significa a "limpeza" da cidade, ou seja, a repressão aos camelôs e ambulantes, ao transporte alternativo, à expansão das favelas, à população de rua e a mendicância.

Esse tipo de operação, bem como a ideologia que a legitima não é novidade no Rio de Janeiro. No início do século XX a reforma urbana do Rio de Janeiro, então Capital da República, promovida pelo prefeito Pereira Passos e a política higienista de Oswaldo Cruz tinham por objetivo embelezar, limpar e ordenar a cidade. Para isso era necessário combater aqueles responsáveis por enfeavam, sujavam e promoviam a desordem urbana: a população pobre e trabalhadora, excluída e estigmatizada como criminosos.

Durante a Era César Maia foram inúmeros os

programas de "choque de ordem", que tinham nos trabalhadores informais o alvo preferencial. A repressão aos camelôs e ambulantes foi constante, gerando violentos conflitos entre os trabalhadores e a guarda municipal.

É importante ressaltar que Fernando Gabeira (PV), que disputou o segundo turno da eleição municipal contra Paes, teve como principal plataforma o "ordenamento urbano", com combate a mendicância e a população de rua. Essa plataforma conquistou especialmente os eleitores da Zona Sul.

O "choque de ordem" é a reedição das antigas políticas de repressão e criminalização da pobreza. No atual contexto neoliberal essas políticas são atualizadas, pois a acumulação flexível de capitais amplia a superexploração, o desemprego e a miséria da classe trabalhadora. Em contrapartida, o Estado aumenta a repressão e a mídia burguesa difunde a estigmatização dos trabalhadores e da população pobre com criminosos. ■



"Choque de Ordem" na Vila do João (favela do Rio): camelôs são impedidos de trabalhar

O Fórum Social Mundial: um espaço governista

Em janeiro de 2009, foi realizado a 8ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, na cidade de Belém/PA. Depois de edições fora do Brasil o FSM retorna ao país no mesmo momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) lança a candidatura da Dilma Rousseff à presidência da república.

Desde sua primeira edição em 2001 o FSM se apresentou como um espaço privilegiado de colaboração de classe, dominado por organizações não governamentais e correntes políticas do PT. Assim, o FSM foi um importante instrumento de propaganda política eleitoral do Lula/PT, criando um mecanismo não só de aproximação, mas também de promiscuidade entre o movimento popular-sindical e o PT.

O ápice do FSM de 2009 foi a reunião de Lula e mais quatro presidentes da América Latina, no dia 29 de janeiro, com os participantes do FSM: Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Evo Morales (Bolívia). Os ideólogos das políticas colaboracionistas chamam esses presidentes latino-americanos de "eixo do bem", isto é, governos que estão do lado do povo e contra o imperialismo e o neoliberalismo. Essa construção ideológica é uma grande farsa, pois todos os governos são responsáveis pela reprodução da exploração capitalista e com um agravante: eles têm a capacidade de acorrentar os movimentos populares e sindical e retirar da classe trabalhadora o protagonismo das lutas sociais. Assim, a exploração se desenvolve com mais facilidade.

A CONLUTAS e a Intersindical também participaram do FSM, apresentando uma "Oficina sobre a crise econômica". Essa participação serviu para a continuidade da política de fusão da CONLUTAS com a Intersindical. Uma política equivocada que estamos denunciando a muito tempo por causa do caráter para-governista da Intersindical, por ser uma articulação entre cúpulas partidárias (PSTU e PSOL) e por ter um viés exclusivamente eleitoreiro.

O reboquismo em relação aos governistas também continua: a CONLUTAS e Intersindical lançaram a partir do encontro no FSM o dia 1º de abril como um dia nacional de luta. Data que foi amplamente divulgada nas bases, entretanto, com a reivindicação da CUT e da Força Sindical a data foi alterada para o dia 30 de março. Ou seja, a CONLUTAS é incapaz de desenvolver uma política autônoma do governismo. ■

Trabalhadores franceses fazem duas greves gerais contra o desemprego

A Confederação Geral dos Trabalhadores da França (CGT) lançou, com mais sete centrais sindicais do país, a segunda greve geral contra o desemprego no dia 19 de março de 2009. A primeira greve geral foi no dia 29 de janeiro e na ocasião mobilizou mais de um milhão de pessoas.

Em virtude da crise econômica mundial, a França passa por um forte período de recessão e desemprego. Os indicadores do país confirmaram um crescimento de 15,4% do desemprego em relação a janeiro de 2008, ou seja, no primeiro mês de 2009 90,2 mil franceses perderam seus

empregos. Mesmo as empresas que obtiveram lucros no ano passado anunciam novas demissões. É o caso da petrolífera Total, que registrou lucro de 13,9 bilhões de euros, recorde histórico no país, mas anunciou 555 demissões.

O movimento grevista mobiliza trabalhadores do setor público e da iniciativa privada. As atividades econômicas afetadas foram transporte público, aeroportos, escolas, correios, empresas de setores de energia e telecomunicações e outros serviços do país, como rádios e TVs estatais, as montadoras Peugeot Citroën e Renault, as empresas Carrefour,

Total, Rhodia e Saint Gobain, entre outras.

As mobilizações contam com forte apoio do movimento estudantil, onde os estudantes de 40 universidades fazem greve contra a reforma universitária.

Os trabalhadores e estudantes franceses indicam qual deve ser a estratégia dos trabalhadores de todo o mundo diante dessa nova ofensiva do capital: mobilizações de rua, paralizações e a construção da greve geral. A ação direta dos trabalhadores é nossa arma contra a Estado e o Capital. ■

Porque queremos a liberdade para Cesare Battisti

Cesare Battisti (foto) é um ex-militante dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), grupo que atuou na Itália no final dos anos 1970. Os PAC e uma série de outras organizações lutaram contra o Estado Italiano e contra o capitalismo, executando ações de apoio aos movimentos operários, de onde provinham em sua maioria, greves, manifestações, sabotagens, expropriações e libertação de militantes. Na luta, alguns agentes de repressão, torturadores, delatores e colaboradores foram justificados.

Battisti é um dos milhares de militantes que aderiram às organizações proletárias baseadas em teorias foquistas e/ou autonomistas. É um dos que sofre uma implacável perseguição do Estado italiano desde os "anos de chumbo", quando os estados ditos "democráticos" da Europa generalizaram a prática da repressão, do assassinato e da tortura pra tentar frear o avanço das lutas operárias e liquidar as centenas de organizações revolucionárias socialistas. Libertado por meio de uma ação dos PAC, Battisti rompeu com o grupo e se refugiou durante anos, valendo-se de uma suposta política do Estado francês que concedia refúgio político a militantes que declarassem "abandonar a luta armada". No entanto, na última década, com o avanço do reacionarismo na Europa, vários ex-militantes foram extraditados e condenados. Battisti fugiu para o Brasil e aqui vivia até ser preso pelo governo Lula em maio de 2007, a mando do serviço secreto do recém empossado presidente francês Nicolas Sarkozy, estreito colaborador do bilionário fascista italiano Silvio Berlusconi. Atualmente, Battisti foi considerado refugiado político pelo governo Lula e ainda continua preso, aguardando decisão do Supremo Tribunal

Federal.

Devemos entender que o que está por trás do caso Battisti, na verdade, é a defesa da revolução socialista. Há que se combater a burguesia reacionária, que defende com unhas e dentes sua extradição, prisão perpétua ou mesmo a morte. Porém, também devemos combater aqueles que denunciam simplesmente o caráter "arbitrário" do processo judicial e a "perseguição política" do estado italiano, ao mesmo tempo em que também não medem palavras pra denunciar "a luta armada" e o "terrorismo". Estes são os mesmos que não perdem tempo pra defender as instituições burguesas e pra legitimar a



repressão contra os revolucionários socialistas.

Em ambos os casos, há o interesse em reforçar a "falência" e a "derrota" da revolução socialista, assim como de uma suposta incapacidade política do proletariado de destruir o Estado burguês e o capitalismo. Com isso, a direita reacionária pretende conseguir uma revanche e enterrar de vez o fantasma do socialismo. Os reformistas, fazendo coro, buscam enterrar a via revolucionária e garantir que o movimento dos trabalhadores seja simplesmente uma base de apoio da sua política burguesa.

O ministro Tarso Genro, no documento que concede refúgio à Battisti, afirma que é "legítima" a reação do Estado em determinados momentos de "tensão social e política" e que é "esperável" a atuação de aparatos semiclandestinos vinculados a determinados agentes de Estado e da burguesia. Afinal, não devemos esquecer que é a polícia comandada por ele que espiona movimentos sociais, prende militantes, espanca e mata moradores de favelas, de ocupações urbanas e rurais e de áreas indígenas. Por outro lado, o governo Lula defende a si mesmo. Sua cúpula tem uma série de ex-comunistas que integraram diretamente ou fizeram parte da rede de apoio de organizações revolucionárias, incluindo o próprio Tarso Genro e Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil.

Neste sentido, devemos lutar pela liberdade de Battisti, enquanto parte da disputa político-ideológica pela atualidade da luta revolucionaria pelo socialismo. Mais uma vez, porém, demonstra-se que a liberdade dos revolucionários só pode ser garantida pela luta e a organização dos próprios trabalhadores, tal como Battisti fora libertado pelos seus companheiros em 1981. ■

Liberdade para Cesare Battisti!

Liberdade para todos os que lutaram e lutam contra o capitalismo!

A revolta da juventude grega

Os motins e rebeliões que aconteceram na Grécia no final do ano de 2008 é fruto, além da situação política, econômica e social e da condição da juventude do país, da forte presença dos chamados "Anarquistas Insurrecionais" que construíram uma experiência e prática política de forte resistência.

Atualmente, a Grécia vive uma retração econômica muito forte. Segundo estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é o país da zona do Euro com o maior índice de desemprego, que gira em torno de 9 a 12%, principalmente entre os jovens de 15 a 24 anos, e que conta com salários extremamente baixos.

Os atos de enfrentamento entre policiais e os jovens são relativamente frequentes na Grécia. A diferença das revoltas de outros países da Europa nos anos anteriores está na presença de grupos anarquistas que carregam o legado das lutas contra a ditadura instaurada no país de 1967 a 1974. Esse legado continuou durante os anos 80 e culminou no levante estudantil de 1991, quando houve uma ocupação de 1500 escolas e mobilizações de massa contra o assassinato do professor Nikos Temponeras por membros do partido Nova Democracia. Em 1995, houve novos protestos e uma repressão muito forte levou à detenção de mais de 500 militantes de grupos anarquistas que possuem uma forte base entre estudantes da Universidade Politécnica de Tessalônica.

Em 2005 o partido Nova Democracia, liberal

conservador, venceu as eleições e começou a implementar medidas neoliberais. Em 2006 foram realizadas diversas ocupações nas escolas e universidades contra o projeto de educação. Assolado por uma crise econômica e social, e pelo descrédito da população no principal partido opositor dentro do sistema, o Socialista (Panhellenic Socialist Party, ou PASOK) as mobilizações de massa foram incentivadas pelos Anarquistas Insurrecionais.

A morte do jovem de 16 anos, Alexandros Grigoropoulos em Exarchia, foi apenas mais uma cometida pelo governo grego contra o povo. Essa morte foi estopim para as mais intensas e prolongadas mobilizações no país depois de 1995. As recentes mobilizações demonstraram uma forte capacidade de mobilização e de enfrentamento contra o aparato repressivo. Em Atenas centenas de lojas, bancos e veículos foram alvos de protestos da juventude.

O movimento demonstrou toda sua combatividade com a ocupação da Confederação Geral dos Trabalhadores da Grécia (GSEE), conseguindo a adesão de setores dos trabalhadores e mobilizando grupos fora da Grécia com uma chamada internacional de protestos. Os "anarquistas insurrecionalistas" demonstraram toda sua capacidade de ação e propaganda, mas não conseguiram transformar os motins e rebeliões em uma Greve Geral Insurrecional para destruir o Estado e a Burguesia grega.

Neste sentido a grande deficiência desse grupo é a influência do revisionismo anarquista, neste caso, a teoria de Kropotkin e as influências do campo marxista de

autores "autonomistas". Estas duas influências enfraquecem a organização dos anarquistas gregos no sentido de preparar, coordenar, incitar e criar condições para o povo destruir o Estado e o Capital na Grécia pois impede a construção de uma plataforma com programa e estratégia definidas. Assim, toda a mobilização construída pelos anarquistas pode ser usada por setores oportunistas e reformistas do movimento sindical, como o Partido Comunista da Grécia (KKE). ■

